

O PLEBISCITO DE 1993 NAS PÁGINAS DO JORNAL *DIÁRIO DA MANHÃ*: ASPECTOS DE HISTÓRIA REGIONAL

THE PLEBISCITE OF 1993 IN THE PAGES OF THE NEWSPAPER *DIÁRIO DA MANHÃ*: ASPECTS OF THE REGIONAL HISTORY

EL PLEBISCITO DE 1993 EN LAS PÁGINAS DEL PERIÓDICO *DIÁRIO DA MANHÃ*: ASPECTOS DE LA HISTORIA REGIONAL

Roberto Biluczyk¹

Resumo: Este artigo busca traçar reflexões a respeito do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, realizado no Brasil em 21 de abril de 1993, sob uma perspectiva regional. Embora o expediente eleitoral tivesse claras intenções nacionais, ao versar sobre estatutos a serem aplicados no território brasileiro, suas abordagens apresentavam pontuais diferenças, especialmente quando se observam as articulações locais através da imprensa. Por esta razão, será utilizado como fonte, neste trabalho, o jornal *Diário da Manhã*, publicado em Passo Fundo/RS por um grupo jornalístico também atuante em outros municípios.

Palavras-chave: Plebiscito. História Regional. *Diário da Manhã*.

Abstract: This article reflects on the Plebiscite on Form and System of Government, held in Brazil on April 21, 1993, from a regional perspective. Although the election had evident national intentions, regarding statutes to be applied in the Brazilian territory, its interests presented specific differences, especially when the local articulations are observed through the press. For this reason, the newspaper *Diário da Manhã*, published in Passo Fundo/RS by a journalistic group also active in other municipalities, will be used as the source.

Keywords: Plebiscite. Regional History. *Diário da Manhã*.

Resumen: Este artículo reflexiona sobre el Plebiscito sobre la Forma y el Sistema de Gobierno, realizado en Brasil el 21 de abril de 1993, desde una perspectiva regional. Aunque la elección tuvo intenciones nacionales evidentes, con respecto a los estatutos que se aplicarían en el territorio brasileño, sus intereses presentaron diferencias específicas, especialmente cuando las articulaciones locales se observan a través de la prensa. Por esta razón, el periódico *Diário da Manhã*, publicado en Passo Fundo/RS por un grupo periodístico también activo en otros municipios, se utilizará como fuente.

Palabras clave: Plebiscito. Historia Regional. *Diário da Manhã*.

Considerações iniciais

Um Plebiscito é definido como uma consulta pública, realizada a fim de resolver uma questão política ou institucional, antes da apreciação da lei. O povo, através do voto, decide se a medida questionada será ou não concretizada (AUAD et al, 2004, p. 299). Desse modo, diferencia-se de um referendo, ao primar pela opinião antes da ação. No referendo, a lei já está posta quando o eleitor é convidado a expor sua escolha (ACQUAVIVA, 1993, p. 16).

A historiografia consagrou o uso do termo plebiscito para a operação realizada em 06 de janeiro de 1963, onde o brasileiro foi consultado sobre a manutenção do parlamentarismo, como sistema de governo. A precária implantação do sistema foi condição para a posse de João Goulart como Presidente da República. Em virtude da conceituação dos expedientes eleitorais, Argelina e Marcus Figueiredo acreditam que em 1963 foi realizado um referendo, e não um plebiscito (1993, p. 97).

Trinta anos mais tarde, realizou-se no Brasil, o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo. Quanto à votação de 1993, não há dúvidas. Trata-se um plebiscito, concebido junto aos amplos debates realizados entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988 na Assembleia Nacional Constituinte, que definiu, ao término de seus trabalhos, a nova Constituição Federal. Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno, deputado federal constituinte pelo Partido Democrático Social (PDS), de São Paulo, foi o idealizador da ideia da votação, declarando-se ele próprio como defensor da monarquia (NÉMETH-TORRES, 2008).

Originalmente, o plebiscito versaria exclusivamente sobre a forma de governo do Brasil, proporcionando a escolha entre a monarquia constitucional e a república. Os monarquistas, até então, possuíam suas ações públicas limitadas por uma cláusula pétrea, decretada em 1889. A letra da lei descrevia a impossibilidade de a forma republicana recém instalada ser contestada.

Para defensores da forma monárquica, o texto do decreto 85A era limitador e antidemocrático, por impedi-los de reivindicar a restauração do antigo *status* político brasileiro (NÉMETH-TORRES, 2008). O modelo monárquico esteve em vigor no país entre 1822, data de sua emancipação em relação a Portugal, e 1889, quando houve a Proclamação da República.

Ao mesmo tempo, os constituintes articulavam a aprovação da república presidencialista como forma e sistema de governo no país, mantendo assim o *status quo*. Insatisfeitos com o parecer da maioria dos deputados, os apoiadores do sistema

parlamentarista buscavam soluções para tentar reverter a decisão daquela Assembleia. Um fator de impedimento a suas articulações estava na impossibilidade de voltar a discutir o tema, por questões regimentais (NÉMETH-TORRES, 2008).

Acrescentou-se à proposta de Cunha Bueno, a possibilidade de o eleitor escolher nas urnas, igualmente, o sistema de governo. Com isso, o plebiscito proposto pelo monarquista ganharia maiores proporções e amplo apoio junto aos parlamentaristas (NÉMETH-TORRES, 2008). Doravante a aprovação do expediente eleitoral, as frentes iniciaram paulatinamente sua organização, mesmo que discretamente.

Nesse panorama, referências à monarquia brasileira começaram a surgir junto à imprensa. De maneira mais política, parlamentaristas buscavam formalizar seu ideário em meio a eventuais ajustes eleitorais, preocupando-se especialmente com a data do pleito, defendendo a antecipação da votação (BIZ, 1993, p. 69). Presidencialistas, por sua vez, não ficaram satisfeitos com os encaminhamentos, acusando os parlamentaristas de tentarem dar um golpe no país (RIBEIRO, 1993, p. 109).

Sobre os temas na berlinda, percebe-se que a monarquia parlamentarista, proposta por Cunha Bueno, designa um rei para a função de chefe de Estado, enquanto um primeiro-ministro desempenha as atividades de comando, como chefe de governo. Na república parlamentarista, por sua vez, o rei é substituído pelo Presidente da República, no caso brasileiro, eleito pelo povo em eleições diretas. Já a república presidencialista, preza pelo acúmulo das funções de representação e governabilidade no mesmo cargo, o de Presidente.

A legitimação das campanhas, através de lei assinada em 04 de fevereiro de 1993, fez com que as frentes interessadas no processo eleitoral iniciassem sua plena divulgação, às vésperas da eleição, que ocorreria em pouco mais de dois meses. Em meio à emergência das ações, os meios de comunicação social intensificaram a cobertura relativa ao Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, salientando suas peculiaridades (CARVALHO, 2010). Enquanto a imprensa dita nacional buscava evidenciar a apresentação dos ideários, o inusitado das campanhas e suas desenvolturas públicas, jornais de pequenos e médios centros possuíam iguais preocupações, aliando-as ao seu próprio contexto.

O jornal *Diário da Manhã*, de Passo Fundo/RS, possuía uma característica peculiar, se comparado a outros informativos da cidade: sua autopromoção como jornal regional. O periódico faz parte de uma empresa que possuía múltiplas filiais em outros municípios, compartilhando conteúdo e interesses com edições independentes veiculadas nestas cidades.

Assim sendo, neste artigo, primeiramente será retratado um breve histórico do jornal utilizado como fonte e objeto. O recente uso de periódicos na pesquisa histórica também será

abordado. Na sequência, um panorama sobre História Regional e suas particularidades evidenciará, por fim, os desdobramentos do Plebiscito por meio do jornal.

O jornal *Diário da Manhã* e o uso da imprensa na pesquisa histórica

O cenário político costuma ser alvo da imprensa, ganhando ampla cobertura em sua rotina diária, junto ao jogo do poder nacional e internacional. Por esse motivo, periódicos se tornam interessantes mecanismos de obtenção de informações pelo historiador, como fonte para os acontecimentos, configurando-se objeto de interesse na captação de sua subjetividade. “Os textos jornalísticos devem ser compreendidos como uma representação que deixa entrever a sociedade da época retratada e as atitudes ali introjetadas” (KARAWCZYK, 2010, p. 136).

Apesar de se autoproclamarem imparciais, os veículos da mídia não conseguem obter seu pretensso objetivo, pois a neutralidade não é peculiar ao ser humano. Observa-se, portanto, que o discurso de um jornal, por exemplo, está carregado por interesses próprios e possui parcialidade no resultado apresentado ao leitor.

Os estudos históricos através da imprensa são práticas relativamente novas, observadas especialmente pelas mudanças proporcionadas durante a segunda metade do século XX, por correntes historiográficas como a renovação cultural do marxismo e o Movimento do *Annales* (DE LUCA, 2008, p. 113). Antes disso, havia maior preocupação com a observação da história da própria imprensa.

Até o decorrer da década de 1970, os documentos oficiais eram as fontes mais utilizadas e aceitas para a captação de dados históricos. Sobre essa época, De Luca enfatiza que “Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (DE LUCA, 2008, p. 112).

A partir dos anos 1980, os defeitos subjetivos da imprensa passaram a ser observados com novo enfoque pelos historiadores, que perceberam nesse tipo de publicação, uma forma inovadora de obter informações para suas pesquisas. Conforme Vieira e outros, o anterior desprezo positivista pela imprensa, justificado pela parcialidade das informações veiculadas, voltou-se a um novo patamar, uma vez que o pesquisador pode, justamente pela subjetividade, atribuir nova importância ao documento, fazendo uso de seu próprio instrumental e percepção (VIEIRA et al, 1984, pp. 48-49).

Apesar de o mito da imparcialidade jornalística ainda ser amplamente difundido entre profissionais da comunicação, sabe-se hoje que o produto do esforço laboral da imprensa possui influência sobre o leitor, através de suas palavras ou silêncios, onde seus discursos salientam certa capacidade de domínio sobre as informações recebidas. “Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro” (CHARAUDEAU, 2015, p. 20).

O receptor, entretanto, está longe de apresentar passividade sobre a ação. Um jornal conquista seu público através de seu discurso, elaborado sobre as bases ofertadas pelo seu leitor, consumidor dos dados. Sem o leitor, o jornal perde sua razão de existir. Se em um acontecimento político, como o Plebiscito, a imprensa escolhe silenciar sobre os fatos, o público pode perfeitamente ignorar o jornal ou o Plebiscito, em ação variável por seu entendimento e critério. Igualmente, se grande cobertura é realizada, o pleito eleitoral ganha maiores proporções.

O molde do discurso, conforme sua visão, ajuda a fazer com que o público manifeste adesão a seu projeto. Diante dessa percepção, o historiador, ao analisar notícias e colunas assinadas por formadores de opinião, obriga-se em sua pesquisa, a trabalhar com as peculiaridades inerentes aos estudos da mídia e seus efeitos na sociedade, com especial atenção aos interesses pressupostos nas informações dispostas ao público-leitor.

Uma das mais duradouras apresentações da imprensa em Passo Fundo trata-se do jornal *Diário da Manhã*, fundado em 28 de novembro de 1935 pelo jornalista Túlio Fontoura (1905-1979). Durante a década de 1920, Fontoura, que era natural de Sant’Ana do Livramento/RS, deixou Porto Alegre/RS, onde atuava profissionalmente, para dirigir o jornal *A Gazeta*, em Passo Fundo, entre 1926 e 1930 (DAL PAZ, 2007, p. 194).

Em 1931, funda o jornal *A Luta*, que teve sua circulação suspensa pelo interventor José Antônio Flores da Cunha (1880-1959), seu conterrâneo, em virtude de seu discurso oposicionista (DAL PAZ, 2007, p. 194). Com o fechamento do jornal, passou a atuar efusivamente na política, seguindo contrário ao governo provisório de Getúlio Vargas (1882-1954). A criação do *Diário da Manhã* é considerada seu maior feito (BERTOL; FROSI, 2007, p. 153).

No panorama passo-fundense, a postura de Túlio Fontoura evidencia a questão da subjetividade, anteriormente refletida. Com a redemocratização pós-Estado Novo, o jornalista foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), que, na cidade, era composto por políticos contrários ao trabalhismo. Sua atividade política fez de seu jornal, durante os governos de Getúlio Vargas, um concreto opositor (BENVEGNÚ, 2006).

As disposições defendidas por Fontoura o levaram a rivalizar com outros veículos da imprensa local, como o jornal *O Nacional*, cujo proprietário era, desde 1940, o jornalista Múcio de Castro (1915-1981) (BERTOL; FROSI; 2007, p. 152). A contenda entre as empresas tinha motivação política. Castro, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)², herdou de seu antigo patrão, Herculano Araújo Annes (1898-1967), a divergência com Fontoura, mantendo-a por longos anos, mesmo após tentativas de conciliação (BENVEGNÚ, 2006).

Em 1972, o periódico matutino passou a contar com a liderança de Dyógenes Aulido Martins Pinto (1932-1998), genro de Túlio Fontoura, que modernizou o jornal, especialmente do ponto-de-vista gráfico (DAL PAZ, 2007, p. 194). Com o falecimento de Fontoura em 1979, Martins Pinto proporcionou também a ampliação das operações do periódico para além de Passo Fundo. Entre 1979 e 1986, foram fundados jornais em Pelotas/RS, Carazinho/RS, Chapecó/SC e Erechim/RS³, todos com o nome *Diário da Manhã* (FERRARETO, 2007, p. 31).

Durante o período em que esteve à frente do jornal, Dyógenes Martins Pinto se distinguiu pela publicação de editoriais assinados por ele, concebidos a partir de discussões próprias da edição, consonantes a seu pensamento político (DAL PAZ, 2007, p. 194). Salienta-se, nesse quesito, que o jornalista era membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação da ditadura militar. Com o fim do bipartidarismo, no final de 1979, Martins Pinto ingressou no Partido Democrático Social (PDS), sucessor imediato da ARENA, sendo um de seus fundadores na cidade⁴.

Os jornais do grupo eram editados conforme as necessidades de cada cidade. Porém, a forma de promoção do *Diário da Manhã*, após seu “processo de regionalização”, torna-o conveniente ao estudo da História Regional, por se autocaracterizar como o jornal de “maior circulação e tiragem da Região Norte do Rio Grande do Sul”. Por isso, o periódico chega a 1993 sustentando um privilegiado estatuto junto à imprensa local.

História Regional: apontamentos e aplicações

Com a evolução de teorias e métodos de pesquisa, juntamente com o avanço científico e tecnológico observado nos últimos anos, a História, como campo de desenvolvimento de conhecimento, pode experimentar novos estilos e refletir sobre questões inquietantes à historiografia. Uma tendência explorada em diversos programas de pós-graduação é a chamada História Regional.

Faz-se necessário ao historiador, em sua atuação profissional cada vez mais ampla, delimitar o período, o objeto e o lugar da pesquisa. No que se refere ao último item, distingue-se o conceito de região, outrora conectado a outras ciências, como a geografia, visto atualmente como um campo de possibilidades históricas, por suas características de construção humana. Através do interesse sobre o relacionamento entre a história e o conceito de região, os historiadores buscam compreender as aplicações necessárias ao desenvolvimento de suas pesquisas.

Uma região não é uma entidade natural, nem está demarcada por limites e fronteiras estatais – apesar de esses serem elementos importantes em suas estruturas. Regiões são, de fato, espaços singulares, modificados pela ação humana, em definição pelo funcionamento de um sistema de fluxos e pelos modos de relações estabelecidos em si (CAMPI, 2001, p. 87). Essas construções se dão de maneira histórica, em virtude da forma como se originam e se compõem dentro de um sistema.

Diante da conceituação de região, observa-se que, de acordo com Daniel Campi, abandonou-se ao longo do tempo a pretensão de se construir uma história definitiva, que buscava o levantamento de todos os dados (2001, p. 83). Com a consciência de possibilidades concretas, a história se articula, dentro de suas novas abordagens e enfoques, como uma construção provisória, não esgotada. É dessa forma que as transformações temporais ajudam a renovar as perguntas e os problemas.

Uma vez que a pesquisa histórica não é mais unicamente realizada em documentos oficiais, ganhando outros tons, a partir de fontes alternativas como a imprensa, possibilidades se abrem ao pesquisador. Essa renovação de teorias, apresentada também em outras ciências sociais, funciona como uma base para o rompimento do isolamento científico, onde diversas áreas podem usufruir de novos pensamentos, conceitos e categorias, tomando-os por empréstimo, na forma ressaltada em especial pelo conceito de região (CAMPI, 2001, p. 84).

A historiografia argentina, de onde Campi provém, estava fortemente dotada de um caráter dividido entre o nacional e o provincial, distintos por sua localização. A história nacional estava centrada nos acontecimentos próximos à sua capital, Buenos Aires. A respeito do caso argentino, exemplificado pelo autor, observa-se que, recentemente, viabilizou-se, mediante grande esforço, a construção de um caminho para a História Regional, reconciliando o micro e o macro e buscando a análise de sociedades em espaços humanizados (CAMPI, 2001, p. 85).

Dessa forma, reitera-se que a região pode ser vista como uma construção humana ao longo do tempo e, por isso mesmo, considerada histórica. Campi não pretende afirmar que a

História Regional deva responder todas as perguntas soltas na historiografia tradicional, mas sim que ela, dotada da perspectiva que aborda singularidades, passe a destacar especificidades de processos localizados no espaço recortado, detectando semelhanças e diferenças estruturais (CAMPI, 2001, p. 87).

As regiões são dinâmicas, considerando pontos além das delimitações clássicas e oficiais, conforme a pergunta vem à tona. Segundo essa perspectiva, a região vai além dos interesses, de acordo com o que se tem a investigar na pesquisa, transcendendo o entendimento político a ela atribuído. As particularidades pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa histórica estão, portanto, além do caráter oficial da região política ou geográfica.

Eric Van Young, por meio de seu artigo referência, afirma que regiões são “hipóteses a demonstrar”, onde as particularidades regionais ajudam a entender o nacional (VAN YOUNG, 1984, p. 257). Essa visão é combatida por outros pesquisadores, como María Rosa Carbonari, que não acredita nesse ponto, conceituando a História Regional dentro da dialética entre o geral e o particular, o contexto e a especificidade (CARBONARI, 2009, p. 32).

Em meio às variáveis, Susana Bandieri reafirma que características pontuais determinam a região, superando limites político-administrativos. A definição de região no espaço e no tempo abandona delimitações prévias, privilegiando o desenvolvimento das interações sociais (BANDIERI, 2017, p. 19). Uma vez que está em constante construção, os debates se mantêm em vigor, visto que a região não se mostra fechada.

A Universidade de Passo Fundo (UPF), por exemplo, como instituição comunitária, dotada de unidades de ensino em inúmeros municípios, requer uma abordagem própria dentro da questão regional, se investigada a respeito de sua ação, conforme a informação que se quer obter. Evidencia-se que a pergunta passa na frente de qualquer divisão oficial. O espaço regional não é fixo, configurando-se como social, composto por conjuntos heterogêneos em constante interação (CARBONARI, 2009, p. 28).

Sob a compreensão de região como uma delimitação espacial estabelecida por funcionalidade ou planificação de desenvolvimento, superando marcos políticos, enfatiza-se a ação do jornal *Diário da Manhã*. Uma vez publicado com o mesmo nome e mesma linha editorial em uma territorialidade que extrapola a divisão municipal e estadual, adotada politicamente, sua atuação se torna peculiar junto ao contexto.

Em um ato comparativo, a exposição de notícias possui semelhanças e diferenças contundentes em relação ao que se observa na imprensa auto atribuída nacional, como a revista *Veja* e o *Jornal do Brasil*, por exemplo. A existência de características regionais junto

à imprensa nacional também é ponto de observação. No entanto, por estarem voltados a outro público, oferecem uma visão voltada a algo mais amplo.

O *Diário da Manhã*, por sua vez, pretende apresentar a notícia nacional, mesclando-a com a abordagem regional. A emergência de personagens, que se mostram relevantes à sua região de circulação, somente faz sentido se observada pelo olhar histórico regional. A pontualidade das ações observadas nesse periódico pode expor singularidades, demonstrando a que conhecimentos sobre a conjuntura política estavam expostos os leitores do jornal. Os discursos e informações prestadas abrem novos ângulos sobre o tema de caráter nacional, em um olhar regional. Por sua linha editorial e pelos locais de circulação de seus exemplares, o *Diário da Manhã* configura sua própria região.

Retomando Campi, percebe-se que a perspectiva regional, como hipótese, precisa trabalhar a historicidade, considerando as conjunturas originárias do sistema, com as modificações proporcionadas em sua totalidade, dimensão e estruturas, chaves de seu desenvolvimento e transformações (CAMPI, 2001, p. 89). Sendo assim, a História Regional se expande e encontra amparo para constante evolução dentro das teorias historiográficas.

O Plebiscito de 1993 através do jornal

O jornal *Diário da Manhã* discorre a respeito do Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo em suas edições entre janeiro e abril de 1993 por meio de três formatos: em textos opinativos, em editoriais e, finalmente, em notícias. As notícias, neste momento apresentadas, configuram-se, junto com os editoriais, como espaço primeiro de difusão de informações sob o ponto-de-vista regional.

A principal evidência sobre esse aspecto se refere às notícias publicadas na seção “Regional”. Os dados aludem a acontecimentos ocorridos fora de Passo Fundo, em municípios próximos. Em 08 de janeiro⁵, por exemplo, ganha destaque uma palestra ocorrida em Aratiba/RS, com a participação do professor de Teoria Política da Escola de Sociologia de São Paulo, Aldo Fornazieri. A exposição era voltada aos membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município e buscava expor prós e contras dos sistemas de governo⁶.

A publicação em 07 de março apresenta informações sobre um encontro regional promovido pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), envolvendo filiados de Passo Fundo e outros quinze municípios. Na reunião, membros do partido reafirmaram a opção da agremiação pelo presidencialismo, sistema de governo que seria defendido ao longo da campanha. Airton Dipp, liderança passo-fundense e então Secretário de Minas, Energia e

Comunicações do governo do Estado, afirmava que, em sua visão, o “único caminho para as mudanças sociais é o presidencialismo, pois o parlamentarismo seria a reafirmação da ditadura das elites no país”⁷.

Em 14 de março, o periódico enfatiza um ciclo de palestras em Carazinho, que contou com a participação do deputado estadual, Edemar Vargas, do PTB, que defendia o presidencialismo. O político desacreditava o Plebiscito como um expediente transformador da sociedade e da política⁸.

Uma semana mais tarde, em 21 de março, a seção “Regional” apresenta novamente informes sobre um político em Carazinho. José Paulo Bisol, senador eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), palestrou em uma reunião jantar realizada na Associação Comercial e Industrial da cidade, a favor da implantação do parlamentarismo. “Ele salienta que devemos abandonar a fantasia de elegermos um Messias, como ocorreu com o Collor que recebeu 35 milhões de votos”, destaca o jornal⁹.

O senador discordava da maneira como a campanha vinda se desenvolvendo, reconhecendo que apenas a mudança do sistema de governo não resolveria os problemas sociais brasileiros, servindo, contudo, para uma transformação política que poderia proporcionar novos pensamentos relativos à justiça social¹⁰.

Em 23 de março, uma nota informa que moradores de municípios do norte do Rio Grande do Sul buscavam esclarecimentos sobre os temas em discussão no Plebiscito. Em Tapejara/RS, o Sr. Jorge Lisboa Goelzer ministrou, cinco dias antes, uma palestra sobre o tema, com transmissão da Rádio Tapejara. O mesmo conferencista estaria naquele dia 23 em Viadutos/RS e no dia 24 em Getúlio Vargas/RS¹¹.

Também é do interesse do jornal retratar uma enquete realizada em Sertão/RS, por ocasião de um debate público, onde 57,01% do eleitorado optou pelo presidencialismo, enquanto 37,71% se manifestou pelo parlamentarismo. A consulta informal informa ainda a preferência de 7,89% dos eleitores pela monarquia e de 79,82% pela república¹². Consulta semelhante seria realizada na Universidade Regional Integrada – Campus de Erechim (URI), onde, igualmente, a república e o presidencialismo ganhariam com ampla margem¹³.

Outras preocupações do jornal peculiares ao Plebiscito dizem respeito ao cenário político e às articulações, como reuniões de definição de posturas e reivindicações sobre o expediente. Por exemplo, em 02 de fevereiro, o *Diário da Manhã* informava que o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, juntamente com outros mandatários estaduais, iria ao Supremo Tribunal Federal solicitar inconstitucionalidade do Plebiscito, em virtude da antecipação da data, consideradas por eles como um golpe¹⁴.

Embora Collares tivesse inicialmente se colocado a favor do parlamentarismo, seu partido, o PDT, fecharia questão a favor do presidencialismo, em todo o país. Outras agremiações também tomariam decisões durante a campanha, às vésperas da votação, a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT), que ganharia repercussão no jornal, por suas divergências internas e por sua opção final pelo presidencialismo, apesar da participação de muitas suas lideranças nos atos parlamentaristas¹⁵.

Lideranças locais de partidos atuavam pelo debate em torno dos assuntos em questão. Um exemplo é a reunião da Juventude Presidencialista, liderada pelo vereador Giovani Corralo (PDT)¹⁶. Outros políticos, como o Secretário Municipal de Educação, Antônio Kurtz Amantino, buscavam mobilização em torno do parlamentarismo na cidade¹⁷. Todos, porém, eram uníssonos na crítica da campanha observada em rádio e televisão.

As notícias sobre debates internos e externos promovidos pelos partidos, em âmbito local e regional, seguiriam ao longo de inúmeras edições futuras, sem que muitas novidades surgissem. Acompanham a sequência de notícias, o descrédito pelo pleito, em virtude da qualidade das informações ofertadas ao público pelas frentes, e sua data de realização.

Ressalta-se, porém, a notícia de 13 de abril, onde se informa sobre um debate público agenciado por nove entidades, entre sindicatos e agremiações, no Cine Teatro Pampa, em Passo Fundo, onde políticos defendiam quatro ideias diferentes sobre a disputa eleitoral. Beto Albuquerque, Deputado Estadual pelo PSB, defenderia o parlamentarismo, Pepe Vargas, político da cidade de Caxias do Sul/RS, filiado ao PT, seguiria a linha presidencialista e Daltro Wesp, comentarista político e econômico, palestraria sobre a monarquia. A quarta ideia em voga era promovida por Cyro Garcia, ligado ao grupo político Convergência Socialista, preconizando o voto nulo¹⁸.

A opinião do jornal

Ao analisar o veículo de imprensa e sua atuação em meio ao contexto eleitoral, percebe-se que o *Diário da Manhã* oferecia, em 1993, relevante espaço para a publicação de suas próprias opiniões. De tal modo, destacam-se os editoriais assinados por Dyógenes Aulido Martins Pinto.

O editorial é, por excelência, o espaço destinado à opinião do veículo de imprensa. Em algumas ocasiões, apresenta-se com outros títulos, a fim de disfarçar sua real intenção, como na revista *Veja*, que denomina a seção como “Carta ao Leitor” (SILVA, 2009, p. 90). No *Diário da Manhã*, porém, não apenas traz o título “Editorial”, como a assinatura de seu proprietário, conferindo-lhe oficialmente a autoria do texto.

No jornal analisado, no ano de 1993, o editorial não possuía periodicidade fixa. Seu autor procura abordar assuntos diversos da política e da economia, de forma contundente. Sendo assim, em 11 de janeiro, por exemplo, o empresário busca uma defesa enfática da iniciativa privada, segundo ele “sobrecarregada de impostos, fiscalização e burocracia”¹⁹. Nas edições seguintes, segue pontuando atitudes governamentais que, a seu ver, prejudicam o mercado.

A partir de 12 de março, suas preocupações se voltam para o Plebiscito, publicando seis textos sobre as discussões travadas em campanha, demonstrando alta carga opinativa. Em sua redação, contrapõe “o retorno da monarquia” com “a manutenção da democracia”, percebendo de maneira peculiar as formas de governo, dividindo-as entre “puras” e “impuras”²⁰. Por formas “puras”, Martins Pinto entende a monarquia, a aristocracia e a democracia. Já as “impuras” seriam a transformação da monarquia em tirania, da aristocracia em oligarquia e da democracia em demagogia, onde “o exercício do poder se volta contra os interesses gerais”²¹.

Sua compreensão política critica todas as apresentações “impuras”, por proporcionarem as falhas por ele abominadas. Sua exposição segue no dia seguinte, enfatizando experiências monárquicas e a necessidade de regulação destas através de uma Constituição²².

Sobre o parlamentarismo, em sua terceira coluna, publicada em 16 de março, Dyógenes Martins Pinto apresenta uma série de vantagens, como o caráter representativo do presidente ou do rei. Dessa maneira, sob seu conceito, o primeiro-ministro, afinado com o Parlamento e desonerado das representações internacionais, dispõe de tempo para que “realmente trabalhe”. Outra questão positiva, segundo o empresário, é o período indeterminado do mandato do ministro e dos demais deputados²³.

A possibilidade de dissolução do Parlamento, a seu ver, obriga os deputados a “estar sempre trabalhando, atendendo os reclamos do povo, pois, de uma hora para outra, poderão ter de voltar a concorrer para reeleger-se”²⁴. Os parlamentares omissos são “mandados para casa”, sendo essa, conforme Martins Pinto, uma vantagem do sistema. Seu entendimento, porém, nega que o Congresso seja o responsável pela escolha do primeiro-ministro. O jornalista delega tal função ao Presidente da República, escolhido pelo voto, ou ao Rei²⁵.

Sobre o presidencialismo, Martins Pinto se mostra menos otimista, afirmando que o único lugar onde o sistema de governo deu certo foi em sua origem: os Estados Unidos. A partir de então, demonstra críticas ao modelo brasileiro, assegurando que “a democracia

repousa numa base falsa”, em virtude das ações dos partidos políticos, segundo ele, bem distantes da democracia, devido à falta de renovação de seus quadros e diretórios²⁶.

O jornalista critica ainda o que determina como “poderes totais” do Presidente, que, para ele, atua sem “dar ouvidos, nem satisfação, a quem quer que seja”. Os ministros de Estado, a seu ver, “não têm responsabilidade direta” por suas ações, o que equipara o cargo de presidente, neste sistema, a um “mandato de forma ditatorial”, naturalmente defendido por aqueles que querem ocupá-lo²⁷.

Sobre a queda de Collor, ele justifica que não pode servir de parâmetro para o entendimento do presidencialismo, pois o Presidente deposto não tinha a sustentação eficaz de um partido político. Se tivesse, nada lhe teria acontecido, conforme o colunista²⁸. Esse tema seria ampliado, com aspecto crítico, no dia 27 de março²⁹.

Em sua sexta coluna, Dyógenes Martins Pinto retoma argumentos já expostos anteriormente, criticando as campanhas. “Se em cem anos de Presidencialismo o Brasil não prosperou, nem progrediu, bem que o povo poderia acordar-se e implantar o Parlamentarismo como melhor opção”³⁰. O encerramento de seu texto, como uma conclusão a sua exposição de vários dias, afirma seu apoio explícito ao parlamentarismo como sistema de governo.

Em 20 de abril, o empresário volta ao assunto, em uma edição quase totalmente dedicada ao tema, ressaltando o dever do eleitor em comparecer às urnas, em virtude da seriedade do assunto, retomando historicamente o aspecto político do Brasil, desabonando a comparação da nova tentativa parlamentarista à experiência de 1961, a qual chama de “arremedo”³¹.

Outra configuração de apresentação de opinião, em consonância com o posicionamento do jornal, ocorria através de colunistas e especialistas funcionários da empresa, como Flávio Domingues e José Roberto Ramos. Em seus espaços, os profissionais ofereciam uma notícia em curta redação, acompanhada de breve comentário.

A coluna de Domingues, intitulada Nos Bastidores da Notícia, em 21 de janeiro, salienta-se uma preocupação da Família Real brasileira: ser associada aos escândalos da realeza britânica. Segundo o colunista, haveria na campanha de rádio e televisão certa tendência a abordar o exemplo espanhol, “em que o Rei Juan Carlos rompeu com o autoritarismo e ajudou a consolidar a democracia”³². Ainda de acordo com o jornalista, o brasileiro possui pouco conhecimento da verdadeira história da Família Real brasileira, o que poderia ajudar o desenlace da campanha³³.

Na edição de 27 de fevereiro, Domingues informa o início das campanhas de rádio e televisão das frentes, bem como as estratégias por elas utilizadas, criticando o curto espaço de

tempo entre o início das inserções e o dia da votação. “Tenho certeza que os brasileiros chegarão ao dia 21 de abril, sabendo pouco ou quase nada do assunto”, previa o jornalista³⁴.

Já em 04 de março, Flávio Domingues lamenta “a total desinformação do povo sobre o assunto”³⁵, classificando-a como preocupante também em edições futuras³⁶. “Em função disso, perderemos uma oportunidade de ouro, para mudar definitivamente os destinos de nosso país”, destaca o colunista, que informa que um grupo de quinhentos promotores do Estado buscava esclarecer a população sobre as formas e sistemas, sem detalhar em que consistia a iniciativa³⁷.

Em suas colunas, Domingues também critica a campanha monarquista, por utilizar o argumento de que essa forma de governo estava presente em países do Primeiro Mundo, enquanto o Brasil, em sua visão, já estava quase caindo do Terceiro para o quarto lugar (sic)³⁸. Naquela época, o termo Primeiro Mundo designava os países desenvolvidos, contraponto ao Terceiro Mundo, composto pelos países emergentes – ou em desenvolvimento. Tal terminologia geopolítica já estava caindo em desuso, pois o Segundo Mundo se referia aos países de orientação socialista, os quais transformaram suas ideologias, após o fim da União Soviética. Não havia um “Quarto Mundo” nesse contexto.

José Roberto Ramos, editor-chefe do jornal, traz, em 17 de abril, a informação que “A campanha do Plebiscito pela televisão não alcançou seus objetivos”³⁹. O povo, segundo o jornalista, estava afastado do processo. Diante do panorama, “quem ganhou muito dinheiro foram os artistas, que em muitos casos, substituíram os políticos”, assegurou Ramos, criticando os encaminhamentos⁴⁰.

Outros espaços opinativos

Do mesmo modo como publicava o editorial, com a opinião explícita do jornal, e as colunas fixas, o *Diário da Manhã* ofertava habitualmente espaços para posicionamentos de leitores e notáveis da sociedade, sem vinculação empregatícia com a empresa. No contexto, observa-se a proeminência de Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, médico e escritor, que assinou quatorze textos sobre os sistemas de governo – aos poucos também ampliando sua abordagem às formas.

Em sua defesa do parlamentarismo, expõe argumentos semelhantes aos de Dyógenes Martins Pinto, em um tom mais elevado. O médico, em sua primeira coluna, veiculada em 02 de março, critica os presidencialistas e os políticos “fisiologistas”, que, segundo ele, mudam de partido depois de eleitos e que rechaçavam o parlamentarismo, por ser um sistema onde o programa do partido prevalece sobre a figura do deputado⁴¹.

Seus textos se configuram de maneira a deixar questões em aberto para as edições seguintes. A periodicidade de suas inserções, no entanto, é imprecisa. Sua segunda coluna é publicada no dia seguinte, reforçando o discurso comum aos monarquistas e aos parlamentaristas que atribuía ao presidencialismo, as perturbações políticas dos cento e três anos anteriores, muitas delas produtos de golpes, como o promovido pelo Marechal Deodoro da Fonseca, na Proclamação da República⁴².

Aos textos de Veríssimo da Fonseca atribui-se como qualidade o uso de uma linguagem simples, até mesmo coloquial em alguns momentos, utilizando de exemplos cotidianos para defender seu ideário. “Uma crise política não é como uma crise cardíaca, que a gente está tomando chimarrão e cai duro. Ela leva algum tempo para chegar ao auge”, ressalta o médico⁴³. Por sua filiação junto ao Instituto Histórico de Passo Fundo, Fonseca se utiliza, igualmente, de exemplos históricos, ao citar a promessa de um referendo após a Proclamação da República.

O autor transcreve trechos de um jornal de divulgação da campanha monarquista chamado *Cara & Coroa*, com argumentos desabonadores ao presidencialismo, sem inicialmente deixar clara sua forma de governo preferida⁴⁴. Apenas no oitavo texto, em 16 de março, Veríssimo da Fonseca se declara monarquista, informando ciência de que a forma de governo não seria eleita pela população em 21 de abril⁴⁵. “Rei Pelé, rei Falcão, rei Momo e ficamos por aí. O povo brasileiro é muito cioso em conceder o título de Rei”, lamenta em 04 de abril⁴⁶.

Representando os presidencialistas, o vereador Giovani Corralo, do PDT, assina cinco textos. Em 26 de fevereiro, apresenta os sistemas de governo, buscando discutir “as condições que nosso país oferece para a implantação brusca de um sistema tão complexo como o sistema parlamentar”⁴⁷. Corralo não desabona o parlamentarismo, considerando-o, inclusive “mais avançado e democrático”⁴⁸. Sua preocupação, conforme a citação anterior, reflete a dificuldade de instalação do sistema, sob os seguintes argumentos:

A falta de maturidade da maioria da classe política atual; necessidade de evolução do nosso sistema político; fragilidade de nossas instituições partidárias e não-partidárias; atraso cultural do nosso povo; a perpetuação de nossas elites no poder; a nossa instabilidade política e o “rompimento” do amadurecimento de nosso sistema democrático pois estaríamos tirando do nosso povo a possibilidade de eleger um Presidente da República que governe⁴⁹.

O jornal ainda publica outras manifestações, em variadas edições, as quais procuram acentuar pontos de divergência em relação às campanhas, bem como a experiência internacional das formas e sistemas de governo. Neste momento, não aprofundaremos suas

abordagens, por virem ao encontro do que Martins Pinto, Veríssimo da Fonseca e Corralo expuseram em espaços mais amplos, já descritos.

As colunas são assinadas por licenciados em Filosofia, líderes sindicais, engenheiros civis, entre outros profissionais. Cabe salientar, porém, um artigo atribuído ao Sr. J. C. P. C, descrito como presidiário de Passo Fundo⁵⁰, que reflete sobre o expediente plebiscitário, não compreendendo como a escolha entre monarquia e república chegou a esse patamar, diante de tantas outras preocupações sociais a serem exploradas e combatidas⁵¹.

Instruções para o voto e saldos da campanha

Além de sua habitual cobertura, o *Diário da Manhã* ainda publicaria cadernos especiais, com instruções sobre as frentes de votação, de maneira mais elaborada. A maior parte dos materiais está nas edições de 21 de março e 20 de abril. Dessa forma, além de uma contextualização histórica e política das formas e sistemas de governo, em seus múltiplos aspectos, com certa tendência a ampliar o espaço destinado ao parlamentarismo, o periódico ainda divulga opiniões de políticos atuantes em Passo Fundo. Mediante uma galeria de fotos, o *Diário da Manhã* informa que treze vereadores da cidade defendem o presidencialismo, enquanto quatro são favoráveis ao parlamentarismo republicano. Outros quatro políticos não foram localizados pela reportagem⁵².

Em meio a problemas recorrentes da campanha já retratados neste artigo, o jornal também realizou uma enquete no centro da cidade, indagando transeuntes sobre as formas e sistemas de governo, publicando-a junto ao caderno especial. Quanto às formas, havia maior certeza do eleitor, porém sobre os sistemas, 20% dos consultados ainda manifestava dúvidas, situação tida como preocupante pelo jornal, “visto que apenas um mês nos separa da data do Plebiscito”⁵³.

Em 20 de abril, novamente o jornal utilizaria o recurso, dessa vez apresentando argumentos defendidos pela população, na editoria “DM Ouve o Povo”. Populares, das mais diversas origens, expõem suas ideias, replicando ideários e inquietações comuns no decorrer dos últimos meses⁵⁴. Outras críticas também se repetem em reportagens do jornal, como o grau suprapartidário das campanhas, que reuniram políticos das mais diversas correntes ideológicas em um mesmo palanque, confundindo o eleitor em um panorama em que as ideias tiveram menor esclarecimento e destaque⁵⁵. Por isso, mais uma vez, o periódico se preocupa em expor os ideários aptos para a escolha popular, ao longo de mais de duas páginas⁵⁶.

Após a realização da eleição, o jornal dedica uma página no dia 23 de abril para contabilizar os resultados do expediente eleitoral em Passo Fundo e em outros quatro

municípios então componentes da 33ª Zona Eleitoral: Coxilha/RS, Ernestina/RS, Mato Castelhano/RS e Pontão/RS. No mesmo espaço, as informações da 62ª Zona Eleitoral, que abrangia, à ocasião, Marau/RS, Camargo/RS, Gentil/RS, Nova Alvorada/RS, Nicolau Vergueiro/RS e Vila Maria/RS. Todos os resultados foram coerentes com o cenário nacional, ao atribuírem vitória à república e ao presidencialismo⁵⁷.

O periódico volta naquele dia a interpelar os representantes das frentes sobre os saldos da campanha e a escolha popular. Daltro Wesp, monarquista, atribuiu o pouco interesse da população ao preconceito contra a forma de governo, culpando professores de História do Brasil e de Educação Moral e Cívica, “que não procuraram organizar seções de debates sobre o assunto”⁵⁸.

Antônio Kurtz Amantino, parlamentarista, lamentava a perda de “uma oportunidade importante para o país”. Para o político, a partir de então, havia necessidade de que o sistema presidencialista adquirisse “mais funcionalidade e eficiência, uma vez que ele está funcionando mal. O que interessa é um governo eficiente”, sobrepõe⁵⁹.

Já Giovanni Corralo, presidencialista, considerava que o “povo soube avaliar o valor de seu voto”. O vereador, descrito pelo jornal como “um dos mais aguerridos defensores da opção presidencialista”, relata que o peso da tradição e a recente retomada do direito do eleitor em escolher o mandatário da nação pesaram na escolha do povo, que foi consciente, em sua visão⁶⁰.

Por fim, o jornal informa que a eleição ocorreu de maneira tranquila. “O Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo que aconteceu na quarta-feira foi a grande reafirmação do Presidencialismo no País”, define o jornal⁶¹. A partir de então, todas as atenções se voltariam para a sucessão presidencial de 1994. “Já despontam candidatos tidos como naturais pela maioria dos eleitores e que prometem uma disputa acirrada rumo ao Palácio do Planalto”⁶². Projetando o futuro, o *Diário da Manhã* encerrou suas atenções sobre o Plebiscito de 1993, a eleição que confirmou o estatuto político brasileiro determinado na Constituição.

Considerações finais

Observando os desdobramentos da cobertura do *Diário da Manhã* relativos ao Plebiscito sobre a Forma e o Governo, percebem-se diversos detalhes pertinentes aos estudos históricos. Em primeiro lugar, torna-se evidente a postura pró-parlamentarismo do periódico, em seus apontamentos oficiais. Ao mesmo tempo, tende-se a notar um pontual esforço em favor da imparcialidade, ao conceder espaços para que presidencialistas pudessem se manifestar pelo sistema de governo que defendiam – mesmo que em menor escala.

Entretanto, diante do objetivo deste trabalho, o ponto crucial de observação torna-se a multiplicidade de conceitos de região apresentados pelo jornal. Em sua distribuição, que promete ser a de maior “circulação e tiragem do norte do Rio Grande do Sul”, percebe-se que, convenientemente, agrupa nesse patamar, outros dois jornais do grupo, o de Carazinho e o de Erechim, também situados na região que determina.

Não foi possível, devido à indisponibilidade da informação, constatar quantos mil exemplares o *Diário da Manhã*, edição Passo Fundo, imprimia e vendia no município em 1993. Porém, a própria posição da cidade dentro do cenário regional, sendo mais populosa que as demais, favorece a maior circulação do formato passo-fundense, em bancas da cidade ou por intermédio de assinaturas. O território de Passo Fundo, sob esse olhar, fecha-se em um formato de região para a ação do jornal.

Outras formas de pensar região expostas pelo periódico estão na veiculação de notícias relativas a municípios próximos, dentro da seção “Regional”. Essa repartição interna expõe a preocupação em compreender territórios além de sua circulação, configurando um novo recorte regional.

Nas notícias, novos entendimentos: o Congresso Regional do PDT, que abarca determinadas abrangências, e as Zonas Eleitorais, com suas jurisdições próprias. Mesmo nas colunas opinativas, percebe-se que os notáveis que expõem seus pensamentos políticos somente encontram sentido e influência em um espaço regional devidamente sinalizado.

Uma região, conforme historiadores, apresenta-se dentro do contexto da pergunta que se faz sobre o evento, o objeto ou o fato. Cada uma a seu modo, as regiões aqui apresentadas configuram-se como espaços a serem analisados em delimitações próprias. Se nossa interrogação se refere à circulação do jornal, teremos uma resposta. Se considerarmos a divisão jurídica da Zona Eleitoral, nossos resultados serão outros.

Determinar o que é uma região tem sido um grande desafio aos historiadores, mesmo àqueles que se dedicam ao estudo da História Regional. Por sua vez, Eric Van Young parece apresentar a melhor definição: “Las regiones son como el amor - son difíciles de describir, pero las conocemos cuando las vemos” (VAN YOUNG, 1987, p. 255). O pleno reconhecimento das regiões, além das determinações políticas e das fronteiras pré-estabelecidas, torna o conceito prático à História, conformando-se em uma perspectiva útil à pesquisa.

Referências

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Para você entender: Monarquia & República. Presidencialismo & Parlamentarismo*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1993.

ARRIOLA, Arturo Taracena. Propuesta de definición histórica para región. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, México, n. 35, p. 181-204, enero-junio 2008.

AUAD, Denise; PEDROSA, João Cláudio Hernandes; MARTIMIANO, Maria de Lourdes; TANGANELLI, Rogério Ferrari. Mecanismos de Participação Popular no Brasil: Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n. 3, p. 291-323, jan./jun. 2004.

BANDIERI, Susana. La historia en perspectiva regional: aportes conceptuales y avances empíricos. *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, v. 52, n. 1, p. 11-30, 2017.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra – 1945-1967*. 2006. Dissertação – Mestrado em História - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola. O Surgimento da Mídia Impressa no Município de Passo Fundo: Os Primeiros 50 Anos. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). *Passo Fundo, sua História*. Passo Fundo: Méritos. 2007.

BIZ, Osvaldo. Nova Tentativa Parlamentarista na Constituinte. In: PETERSEN, Áurea; BIZ, Osvaldo. *República, Monarquia, Parlamentarismo e Presidencialismo: Subsídios para Debate*. Porto Alegre: Evangraf, 1993, p. 65-69.

CAMPI, Daniel. Historia Regional ¿Por Qué? In: FERNÁNDEZ, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (Comp.). *Lugares para la historia: Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora, 2001.

CARBONARI, María Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 19-34, 2009.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. “Vote no Rei”: o plebiscito brasileiro de 1993. In: *Café História – história feita com cliques*. 2010. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/vote-no-rei-o-plebiscito-de-1993/>. Acesso em 13 jul. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto. 2015. 2ª ed.

DAL PAZ, Santana Rodrigues. Jornal Diário da Manhã. In: LECH, Osvandré (org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 194-195.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio e Capitalismo no Rio Grande do Sul: As emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20*. Canoas: ULBRA, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus. *O plebiscito e as formas de governo*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

KARAWAJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico – Breves Considerações. *Historiae: Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande*, v. 1, pp. 131-147, 2010.

NÉMETH-TORRES, Geovani. A Odisseia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. In: *Veredas da História*, Ano I, n. 1, Art. 4, abr. 2008.

RIBEIRO, Darcy. O Golpe Plebiscitário. In: _____ (org.). *Formas e Sistemas de Governo: República X Monarquia. Presidencialismo X Parlamentarismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SILVA, Carla Luciana. A Carta ao Leitor de *Veja*: Um Estudo Histórico Sobre Editoriais. In: *Intercom - Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação*, São Paulo, v. 32, n. 1, jan./jun. 2009.

VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas. *Anuario IEHS* 2, p. 255-281, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KULCSAR, Rosa; KHOURY, Yara A. Imprensa como Fonte para a Pesquisa Histórica. *Projeto História*, São Paulo, v. 3, p. 47-54, 1984.

¹ Mestrando em História da Universidade de Passo Fundo. Email:104666@upf.br

² A filiação de Múcio de Castro ao PTB durou até o início dos anos 1960, quando aderiu à dissidência do partido, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) (BENVEGNÚ, 2006).

³ Além dos jornais, o grupo ainda conta com três emissoras de rádio. As edições de Chapecó e Erechim foram encerradas. O periódico de Pelotas foi vendido, mantendo o nome, mas desconectando-se da empresa original. Em 2019, pertencem ao Grupo Diário da Manhã apenas os jornais publicados em Carazinho e Passo Fundo.

⁴ DADOS de Diógenes Pinto. Curriculum Vitae 28 jan. 1983. *Projeto Passo Fundo*. Disponível em: http://projetoPASSOFUNDO.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=9125. Acesso em: 9 jul. 2019.

⁵ Todas as datas apresentadas a partir de então se referem ao ano de 1993, motivo pelo qual se omite sua repetição.

⁶ ARATIBA discute Parlamentarismo e Presidencialismo. *Diário da Manhã*, 08 jan. 1993, p. 9.

⁷ ENCONTRO Regional do PDT confirma o apoio ao Presidencialismo. *Diário da Manhã*, 07 mar. 1993, p. 9.

⁸ “O PLEBISCITO não é o Salvador da Pátria”. *Diário da Manhã*, 14 mar. 1993, p. 10.

⁹ “O POVO tem que deixar a fantasia e votar na realidade”. *Diário da Manhã*, 21 mar. 1993, p. 12.

¹⁰ “O POVO tem que deixar a fantasia e votar na realidade”. *Diário da Manhã*, 21 mar. 1993, p. 12.

¹¹ PARLAMENTARISMO X Presidencialismo. *Diário da Manhã*, 23 mar. 1993, p. 9.

¹² PRESIDENCIALISMO vence em Sertão. *Diário da Manhã*, 19 mar. 1993, p. 4.

¹³ URI realiza Plebiscito. *Diário da Manhã*, 04 abr. 1993, p. 10.

¹⁴ GOVERNADORES reivindicam mais tempo para plebiscito. *Diário da Manhã*, 02 fev. 1993, p. 12.

¹⁵ PETISTAS passofundenses optam pelo Presidencialismo. *Diário da Manhã*, 16 mar. 1993, p. 10.

¹⁶ JUVENTUDE Presidencialista se movimenta. *Diário da Manhã*, 02 mar. 1993, p. 8.

¹⁷ NO PARLAMENTARISMO não tem vice-presidente, diz Amantino. *Diário da Manhã*, 06 abr. 1993, p. 8.

¹⁸ PLEBISCITO, debate dia 14. *Diário da Manhã*, 13 abr. 1993, p. 15.

¹⁹ PINTO, Dyógenes Auldo Martins. Editorial: Caminho Inverso. *Diário da Manhã*, 11 jan. 1993, p. 2.

²⁰ PINTO, Dyógenes Auldo Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo. *Diário da Manhã*, 12 mar. 1993, p. 2.

²¹ PINTO, Dyógenes Auldo Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo. *Diário da Manhã*, 12 mar. 1993, p. 2.

-
- ²² PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo II. *Diário da Manhã*, 13 mar. 1993, p. 2.
- ²³ PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo III. *Diário da Manhã*, 16 mar. 1993, p. 2.
- ²⁴ PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo IV. *Diário da Manhã*, 17 mar. 1993, p. 2.
- ²⁵ PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo IV. *Diário da Manhã*, 17 mar. 1993, p. 2.
- ²⁶ PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo IV. *Diário da Manhã*, 17 mar. 1993, p. 2.
- ²⁷ PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo V. *Diário da Manhã*, 18 mar. 1993, p. 2.
- ²⁸ PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo V. *Diário da Manhã*, 18 mar. 1993, p. 2.
- ²⁹ PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Sucessão Presidencial. *Diário da Manhã*, 27 mar. 1993, p. 2.
- ³⁰ PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Parlamentarismo X Presidencialismo VI. *Diário da Manhã*, 19 mar. 1993, p. 2.
- ³¹ PINTO, Dyógenes Aulido Martins. Editorial: Plebiscito. *Diário da Manhã*, 20 abr. 1993, p. 2.
- ³² DOMINGUES, Flávio. Nos bastidores da Notícia. *Diário da Manhã*, 21 jan. 1993, p. 13.
- ³³ DOMINGUES, Flávio. Nos bastidores da Notícia. *Diário da Manhã*, 21 jan. 1993, p. 13.
- ³⁴ DOMINGUES, Flávio. Nos bastidores da Notícia. *Diário da Manhã*, 27 fev. 1993, p. 2.
- ³⁵ DOMINGUES, Flávio. Nos bastidores da Notícia. *Diário da Manhã*, 04 mar. 1993, p. 2.
- ³⁶ DOMINGUES, Flávio. Nos bastidores da Notícia. *Diário da Manhã*, 04 abr. 1993, p. 4.
- ³⁷ DOMINGUES, Flávio. Nos bastidores da Notícia. *Diário da Manhã*, 04 mar. 1993, p. 2.
- ³⁸ DOMINGUES, Flávio. Nos bastidores da Notícia. *Diário da Manhã*, 10 mar. 1993, p. 4.
- ³⁹ RAMOS, José Roberto. Painei. *Diário da Manhã*, 17 abr. 1993, p. 7.
- ⁴⁰ RAMOS, José Roberto. Painei. *Diário da Manhã*, 17 abr. 1993, p. 7.
- ⁴¹ FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Sistemas de Governo. *Diário da Manhã*, 02 mar. 1993, p. 2.
- ⁴² FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Sistemas de Governo. *Diário da Manhã*, 02 mar. 1993, p. 2.
- ⁴³ FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Sistemas de Governo. *Diário da Manhã*, 03 mar. 1993, p. 2.
- ⁴⁴ FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Sistemas da Governo Parte III. *Diário da Manhã*, 05 mar. 1993, p. 2.
- ⁴⁵ FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Sistemas da Governo Parte VIII. *Diário da Manhã*, 16 mar. 1993, p. 2.
- ⁴⁶ FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Sistemas da Governo Parte VIII. *Diário da Manhã*, 04 abr. 1993, p. 4.
- ⁴⁷ CORRALO, Giovani. Presidencialismo e Parlamentarismo (Parte I). *Diário da Manhã*, 26 fev. 1993, p. 2.
- ⁴⁸ CORRALO, Giovani. Presidencialismo e Parlamentarismo (Parte II). *Diário da Manhã*, 09 mar. 1993, p. 2.
- ⁴⁹ CORRALO, Giovani. Presidencialismo e Parlamentarismo (Parte II). *Diário da Manhã*, 09 mar. 1993, p. 2.
- ⁵⁰ Neste artigo, optou-se por omitir o nome dessa pessoa. Originalmente, o jornal publicou o crédito completo.
- ⁵¹ J.C.P.C. Plebiscito. *Diário da Manhã*, 18 abr. 1993, p. 4.
- ⁵² GALERIA. DM Especial. *Diário da Manhã*, 21 mar. 1993.
- ⁵³ ENQUETE: Número de indecisos ainda é grande. DM Especial. *Diário da Manhã*, 21 mar. 1993.
- ⁵⁴ DM ouve o povo: Qual a melhor saída para o Brasil. Plebiscito. *Diário da Manhã*, 20 abr. 1993.
- ⁵⁵ NO mesmo palanque. *Diário da Manhã*, 20 abr. 1993.
- ⁵⁶ O BRASIL parlamentarista. Plebiscito. *Diário da Manhã*, 20 abr. 1993.
- ⁵⁷ OS RESULTADOS finais do Plebiscito. *Diário da Manhã*, 23 abr. 1993, p. 3.
- ⁵⁸ OS LÍDERES da campanha falam do resultado do Plebiscito. *Diário da Manhã*, 23 abr. 1993, p. 5.
- ⁵⁹ OS LÍDERES da campanha falam do resultado do Plebiscito. *Diário da Manhã*, 23 abr. 1993, p. 5.
- ⁶⁰ OS LÍDERES da campanha falam do resultado do Plebiscito. *Diário da Manhã*, 23 abr. 1993, p. 5.
- ⁶¹ VITÓRIA do Presidencialismo deve antecipar a campanha para a sucessão presidencial. *Diário da Manhã*, 23 abr. 1993, p. 4.
- ⁶² VITÓRIA do Presidencialismo deve antecipar a campanha para a sucessão presidencial. *Diário da Manhã*, 23 abr. 1993, p. 4.